

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS

Volume III



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS
COIMBRA 1981

do Colégio dos Rabinos e em 1642 deslocou-se ao Brasil, acompanhando o rabino Isaac Aboab da Fonseca (Castro Daire, 1605 — Amsterdão, ca. 1692), poeta e orador de grande envergadura e historiador das guerras luso-holandesas naquele país. Escreveu várias obras e desempenhou uma acção notável lá. Em 1949 Abílio Martins editou o *Tratado da Imortalidade da Alma* de Aguillar, embora já em 1934 M. de Jong o tivesse publicado em Portugal. A ida para o Brasil deve enquadrar-se dentro daquele sonho de mundo novo ou mundo messiânico que inflamou igualmente o espírito de António Vieira.

O conjunto dos tratados sobre a imortalidade da alma oferece uma ampla perspectiva sobre as ideias do processo de Uriel da Costa, «facilitando a compreensão das raízes ideológicas do mais directo herdeiro de Uriel, o homem que é todo o mundo, Bento de Espinoza, cujas linhas de pensamento não se aprendem sem o conhecimento do debate Uriel — Sinagoga Portuguesa de Amesterdão». Esta obra vem, por isso, enriquecer a história da Cultura Portuguesa, pelo que está de parabéns Pinharanda Gomes pelo notável trabalho desenvolvido, que se vem juntar a outras publicações suas de grande mérito, como *A Filosofia Tomista em Portugal*, de Ferreira Deusdado (Porto, 1978); *A Teologia Tomista em Portugal*, de P. Quintino Garcia (ibid., 1979); *A Filosofia Hebraico-Portuguesa* (ibid., 1981). E está já anunciado para breve *A Patrologia Lusitana*.

MANUEL AUGUSTO RODRIGUES

PIERRE-FRANÇOIS MOREAU — Les racines du libéralisme; Une anthologie,
Collection Points, Serie Politique, n.º 90, Éditions du Seuil,
Paris, 1978, 184 pp.

Através da compilação de alguns textos clássicos, o Autor pretende formular uma justificação para as origens da doutrina política que dominou o século XIX — o liberalismo — e também para a sua evolução posterior.

Antes de nos apresentar esses textos, o Autor numa pequena introdução começa por definir liberalismo como «un chant à la gloire de la liberté sous toutes ses formes — politiques, économiques, religieuses — mais plutôt de la liberté d'entreprendre; et un oubli, parfois, des conditions de la liberté». E salienta: «Mais plus qu'une condition, toujours sujette à réserves et à reprises, ce qu'impose le XIX^e siècle c'est le spectacle d'une domination».

A afirmação de que o liberalismo no século XIX é uma doutrina política dominante e solidamente implantada e de que as críticas que lhe são dirigidas pretendem ser mais uma correcção doutrinária do que a sugestão de um sistema de pensamento diferente, como se depreende daquela definição, parece-nos importante mas não inovadora. Assim como não nos surpreende o facto de o Autor apontar a impor-

tância do jusnaturalismo na teorização política liberal, ao afirmar o primado do indivíduo no que o distingue do resto da natureza, tendo como ponto de partida o estado natural e ao fazer do sujeito a fonte e o fundamento da sociedade e do Estado.

Esta tentativa de compreender as origens do liberalismo não é original, pois ela já foi apontada antes por André Vachet e Guido de Ruggiero, por exemplo. Assim também para o Autor, o liberalismo acontece quando tudo terminou, isto é, pouco há já no século XIX para demonstrar, porque o liberalismo surge no *terminus* de um passado duplo: por um lado, das lutas teóricas que defenderam as concepções fundamentais nas quais o liberalismo se apoia; por outro, da Revolução e do Império nos exemplos que ofereceram (as jornadas revolucionárias, o Terror, o Bloco continental, as guerras) e que são recordações que os ideólogos do século XIX não podem omitir.

E por isso também a tarefa do liberalismo é dupla:

«conserver l'essentiel de ce qui a été acquis et en poursuivre la diffusion;
«éviter les inconvénients politiques et économiques liés à certaines thèses».

É este primado que justifica a seriação dos textos da presente antologia — que remonta à Idade Média e que inclui lado a lado, liberais incontestados, utopistas e ainda defensores do poder absoluto — e daí a importância que adquire a sua consulta por todos os que estudam o século XIX, pois que se trata de uma das poucas compilações de textos clássicos sobre as origens do liberalismo que conhecemos, numa perspectiva globalizante.

Os textos escolhidos pelo Autor agrupam-se inicialmente em duas partes. Na primeira, incluem-se os que respeitam à formação de uma concepção do mundo a partir do próprio indivíduo nas suas ligações com o direito subjectivo (extractos de Abelardo, Vitória e Hobbes), com a propriedade (extractos de Locke e Hobbes), com a igualdade (extractos de Hobbes, De Jaucourt e Morelly) com a sociabilidade (extractos de Vitória, Helvétius, Morelly), com as origens da sociedade (extractos de Hobbes, Pufendorf, Rousseau) e ainda do contributo a essa nova mundividência (extractos de Adam Smith). Enfim, «on passe des doctrines du droit naturel proprement dit lorsqu'entre en jeu la réflexion sur l'économie».

Na segunda parte, os textos apresentados referem-se à consolidação do liberalismo como doutrina política (extractos de Benjamin Constant e de Guizot), como teoria da propriedade (extracto de Thiers) e como doutrina económica (extractos de Say, Ricardo e Stuart Mill). Para os finais do século XIX, tornam-se evidentes as contradições da política liberal: «le seul gouvernement qui avait pu imposer le libre-échange aux industriels et négociants français était un gouvernement autoritaire. Le divorce entre la propriété et la démocratie devait-il donc être suivi et confirmé par un second divorce entre libéralisme politique et économique?»

Esta interrogação aponta para as novas questões que se levantam a partir do colonialismo e que inauguram a época da política internacional, provocando uma evolução do próprio liberalismo. A esse propósito o Autor apresenta-nos excertos de Prévost-Paradol.

A concluir, remete-nos curiosamente para a actualidade do liberalismo e citando Tocqueville afirma que «dès 1840, on avait vu paraître un libéral d'une espèce nouvelle».

O que é verdadeiramente importante nesta conclusão é a demonstração de que não há um abandono dos temas clássicos do liberalismo (liberdade, individualismo,

direito natural, por ex.) nos finais do século XIX, mas sim um contributo das ciências sociais (sobretudo da sociologia e da antropologia) que vivificaram essa temática e que permitem ver o liberalismo segundo um novo ângulo, isto é, «c'est dans le corps social et non dans les puissances de l'individu qu'il fallait chercher la raison du droit et de l'État».

ISABEL MARIA NOBRE VARGUES

GEORGES BURDEAU — *Le Libéralisme*, Paris, Seuil, 1979, 300 pp.

«... le libéralisme est le seul système de pensée où la liberté occupe une place exclusive.» (1)

Georges Burdeau, autor de uma vasta obra no domínio das ciências jurídicas e políticas, nomeadamente dum monumental *Tratado de Ciência Política* (2) publicou recentemente um estudo intitulado *O Liberalismo* que é digno de registo, já por se tratar de uma obra totalizante, como o título desde logo sugere, já e sobretudo porque essa interpretação total em termos lógicos e históricos do liberalismo implica necessariamente uma leitura unívoca e sintomal do presente histórico, logo polémica.

Com efeito, trata-se de uma obra que compreende uma abordagem sistemática do liberalismo, ordenada lógica-cronologicamente em três tempos temáticos. O primeiro, intitulado «Une interprétation de la liberté» ocupa-se da emergência e maturação da concepção de liberdade inerente ao *pensamento liberal*; é o tempo da inocência teórica. O segundo intitulado «Un système politico-social» aborda a encarnação histórica do liberalismo no *estado liberal*; é, por assim dizer, o tempo da queda do pensamento na *praxis*. Finalmente o terceiro tema, subordinado ao título «L'irréductible foi libérale» consiste na postulação e demonstração da tese da perenidade dos *valores liberais* e da sua irredutibilidade no presente histórico; é o tempo

(1) Georges Burdeau, *Le Libéralisme*, p. 235.

(2) Georges Burdeau, *Traité de Science Politique*, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 2.^a éd., tome I «Le Pouvoir Politique», 1966; t. II, «L'État», 1967; t. III «La Dynamique Politique», 1968; t. IV «Le Statut du Pouvoir», 1969; t. V «Les Régimes Politiques», 1970; t. VI «L'État Libéral»: vol. I «Les Assises intellectuelles et sociales», 1971; vol. II «Les Techniques gouvernementales de la démocratie gouvernée», 1971; t. VII «La Démocratie gouvernante, son assise sociale et sa philosophie politique», 1973; t. VIII «Le Démocratie et les Contraintes du nouvel âge», 1974; t. IX, «Les Institutions gouvernementales contemporaines», 1975; t. X, «La Rébellion du social», 1977.